

Demonstrações Contábeis

**TME - Transmissora Matogrossense de
Energia S.A.**

31 de dezembro de 2019

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 2 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

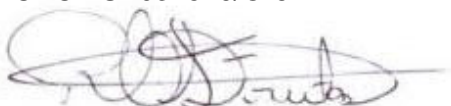
relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
CRC 1SP214160/O-5

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		96.816	88.776
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.812	19.186
Títulos e valores mobiliários	5	-	7.564
Concessionárias e permissionárias	6	5.933	5.541
Ativo contratual da concessão	7	46.277	51.681
Outros ativos		6.794	4.804
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		514.852	515.097
Títulos e valores mobiliários	5	7.968	-
Concessionárias e permissionárias	6	298	525
Ativo contratual da concessão	7	506.255	514.528
Depósitos judiciais		34	44
Direito de uso sobre arrendamento		297	-
TOTAL DO ATIVO		611.668	603.873
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
		152.424	63.354
Empréstimos e financiamentos	8	98.270	13.223
Arrendamentos a pagar		56	-
Fornecedores		154	118
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	5.664	6.331
Partes relacionadas - Dividendos	13.2	40.571	37.636
Encargos regulatórios		2.352	2.262
Outros passivos		5.357	3.784
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
		133.185	231.217
Empréstimos e financiamentos	8	-	97.547
Arrendamentos a pagar		252	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	70.600	68.900
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	10	62.023	63.029
Outros passivos		310	1.741
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
		326.059	309.302
Capital social	12.1	125.686	109.194
Reservas de lucros		200.373	200.108
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		611.668	603.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	38.526	62.237
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados	15	(5.584)	(5.492)
		<u>(5.584)</u>	<u>(5.492)</u>
LUCRO BRUTO		32.942	56.745
(DESPESAS) RECETAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(313)	493
Pessoal		(784)	(851)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(556)	(1.099)
		<u>(1.653)</u>	<u>(1.457)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		31.289	55.288
Despesas financeiras	16	(10.887)	(11.219)
Receitas financeiras	16	2.598	1.363
		<u>(8.289)</u>	<u>(9.856)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.000	45.432
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.607)	(2.221)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9 e 17	(1.701)	(6.800)
		<u>(3.308)</u>	<u>(9.021)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		19.692	36.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	19.692	36.411
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	19.692	36.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social	(-) Capital a integralizar	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial para incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		109.794	(600)	7.969	10.330	-	86.772	-	214.265
Adoção CPC 47, efeito em 1º de janeiro de 2018		-	-	-	-	65.734	-	-	65.734
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	36.411	36.411
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		-	-	1.820	-	-	-	(1.820)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	6.163	-	-	(6.163)	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	21.321	(21.321)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(7.107)	(7.107)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		109.794	(600)	9.789	16.493	65.734	108.093	-	309.302
Aumento de capital	12.1	16.492	-	-	(16.492)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	19.692	19.692
Destinação do lucro líquido:									
Reserva legal		-	-	985	-	-	-	(985)	-
Reserva de incentivos fiscais		-	-	-	6.967	-	-	(6.967)	-
Reserva de lucros		-	-	-	-	-	8.805	(8.805)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(2.935)	(2.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		126.286	(600)	10.774	6.968	65.734	116.898	-	326.059

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.000	45.432
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Depreciação e amortização	67	-
Encargos de dívidas (Inclui variações monetárias líquidas)	10.021	10.795
Receita de aplicações financeiras	(427)	(445)
Atualização monetária - impostos a recuperar	109	-
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(1.673)	1.886
Descontos financeiros obtidos	(861)	(229)
	30.236	57.439
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	(165)	-
Ativo contratual da concessão	13.677	(15.395)
Impostos a recuperar	(438)	-
Outros ativos	(534)	35
	12.540	(15.360)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	897	(81)
Encargos regulatórios	(6)	298
Outros passivos	222	494
	1.113	711
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(2.708)	(1.790)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	41.181	41.000
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários	400	338
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(379)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	21	338
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	-	(6.000)
Pagamento de principal e juros dos arrendamentos	(82)	-
Pagamento de juros do financiamento	(9.865)	(10.391)
Amortização de principal do financiamento	(12.629)	(12.592)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(22.576)	(28.983)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	18.626	12.355
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	19.186	6.831
Saldo no final do exercício	37.812	19.186
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	18.626	12.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é diretamente controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
023/2009	30	2039	R\$ 53.935	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 19 de novembro de 2011, a linha de transmissão e as respectivas subestações entraram em operação comercial.

Em 26 de maio de 2015, por meio da Resolução Autorizativa Nº 5.240, a Companhia foi autorizada a implantar reforços em suas instalações de transmissão, implantando o segundo banco de autotransformadores em 500/230 kV - 3X250 MVA na SE Jauru, o qual entrou em operação em 03 de fevereiro de 2017.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

Em dezembro de 2019 o capital circulante líquido é negativo em R\$ 55.608. Esta situação, no entanto, não reflete a real liquidez da Companhia. Ressalte-se que, sem a reclassificação da dívida para o passivo circulante no montante de R\$ 85.090, em virtude de solicitação da Companhia para

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

seu pré-pagamento, o capital circulante líquido é positivo em R\$ 29.482. A Companhia está trabalhando na emissão de uma nova dívida.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de março de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e considerando margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Durante o exercício de 2019, a Companhia aprimorou as suas estimativas e, conseqüentemente, a mensuração dos fluxos de caixa para registro do Ativo Contratual. O efeito do aprimoramento no processo de estimativa de tais fluxos de caixa no resultado da Companhia em 2019 foi negativo em R\$ 12.422.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados como “valor justo por meio do resultado”. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Concessionárias e permissionárias”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3. Passivos financeiros

A Companhia classifica, para fins de reconhecimento inicial e mensuração subsequente, fornecedores e empréstimos e financiamentos como passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio; e (ii) atualizado pelo IPCA.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Tributação

3.7.1. Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,6%;

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social:

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2024, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.8. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.8.1. Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.8.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.8.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

3.8.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo:

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

i) Políticas contábeis

A Companhia aplicou em 1º de janeiro de 2019 o CPC 06 (R2) para os contratos de arrendamento, aluguel, entre outros, vigentes nesta data, e utilizou os seguintes expedientes práticos previstos na norma para a isenção do reconhecimento de um arrendamento: (i) arrendamentos de curto prazo (vigência de até 12 meses); (ii) itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado inferior a US\$ 5 mil); e (iii) pagamentos variáveis.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os contratos já existentes na data de adoção da norma e para os novos contratos. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada e registrada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

ii) Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada. Esta abordagem não impacta lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial.

A Companhia analisou dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de *impairment* e não identificou impactos.

A taxa média ponderada aplicada foi de 7,38% a.a.

A Companhia reconheceu inicialmente R\$ 363 de contratos de arrendamentos em 1 de janeiro de 2019, e durante o exercício de 2019, foram registrados R\$ 67 de depreciação do direito de uso e R\$ 27 de juros destes arrendamentos.

ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

Não há efeito material nas demonstrações contábeis com a adoção deste ICPC.

3.10. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Alterações ao CPC 26 (R1) - Definição de omissão material

Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro

Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		
Numerário disponível	2.204	2.413
Certificados de depósitos bancários	35.608	16.773
	<u>37.812</u>	<u>19.186</u>

Os certificados de depósitos bancários possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 96,35% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (95,80% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém garantias constituídas no montante de R\$ 7.968 (R\$ 7.564 em 31 de dezembro de 2018) em fundo de investimentos, conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 96,58% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 95,50% em 31 de dezembro de 2018.

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo circulante)	5.933	5.541
Encargos de uso da transmissão faturados (ativo não circulante)	298	525
	<u>6.231</u>	<u>6.066</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Ativo contratual da concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, a partir da data de disponibilização para operação da linha de transmissão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

Movimentação do ativo contratual da concessão em 31 de dezembro de 2018 e 2019

Saldo em 31 de dezembro de 2017 - Ativo financeiro	390.653
Adoção CPC 47	158.715
Receita de operação e manutenção (nota 14)	9.897
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	61.545
Recebimentos	(54.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - Ativo contratual	566.209
Receita de operação e manutenção (nota 14)	11.181
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	(38.280)
Receita de infra-estrutura (nota 14)	71.582
Recebimentos	(58.160)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019 - Ativo contratual	552.532
Ativo Contratual de Concessão - Circulante	46.277
Ativo Contratual de Concessão - Não Circulante	506.255
Saldo em 31 de dezembro de 2019 - Ativo contratual	552.532

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Empréstimos e financiamentos

- a. O saldo de empréstimos e financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não circulante	
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/2029	Juros 10,00%	444	56.410	-	56.854	6.642	-	56.410
BNDES (II)	15/05/2026	TJLP + 3,60%	152	41.586	(322)	41.416	6.581	-	41.137
			<u>596</u>	<u>97.996</u>	<u>(322)</u>	<u>98.270</u>	<u>13.223</u>	<u>-</u>	<u>97.547</u>

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026, está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a., e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009.

A Companhia reclassificou para o passivo circulante obrigações financeiras cujos vencimentos originais são de longo prazo, em virtude de solicitação do pré-pagamento das dívidas.

Estes contratos estabelecem condições contábeis restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente, a partir do exercício findo em 2013.

A Administração mantém o acompanhamento desses índices e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), bem como as obrigações específicas do contrato.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2017					31/12/2018
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
Banco do Brasil - FCO	69.255	5.537	-	(6.154)	(5.586)	63.052
BNDES	53.802	4.809	350	(6.438)	(4.805)	47.718
	<u>123.057</u>	<u>10.346</u>	<u>350</u>	<u>(12.592)</u>	<u>(10.391)</u>	<u>110.770</u>

Moeda nacional e estrangeira	Saldo inicial	Provisão de encargos	Variação monetária	Amortização do principal	Amortização do encargos	Saldo final
Instituições financeiras / credores	31/12/2018					31/12/2019
<u>Empréstimos e financiamentos</u>						
Banco do Brasil - FCO	63.052	5.668	-	(6.152)	(5.714)	56.854
BNDES	47.718	4.182	144	(6.477)	(4.151)	41.416
	<u>110.770</u>	<u>9.850</u>	<u>144</u>	<u>(12.629)</u>	<u>(9.865)</u>	<u>98.270</u>

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47, a ICPC 01 (R1) e o OCPC 05 - contratos de concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Base de cálculo	242.896	242.896	147.838	147.838
Imposto diferido - base de cálculo	178.976	242.896	103.487	147.838
Imposto diferido - base de cálculo incentivada	63.920	-	44.351	-
Alíquota efetiva	25%	9%	25%	9%
Alíquota incentivada	6,25%	0%	6,25%	0%
Total tributo alíquota efetiva	44.744	21.861	25.874	13.305
Total tributo alíquota incentivada	3.995	-	2.772	-
Total IRPJ e CSLL diferido	48.739	21.861	28.646	13.305
Adoção CPC 47				26.949
Total IR e CS alíquota aplicada		66.605		39.179
Total IR e CS alíquota incentivada		3.995		2.772
		70.600		68.900

a. A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real						
	Dezembro	Adoção CPC 47 - Patrimônio líquido	Adoção CPC 47 - resultado	Movimentação no resultado	Dezembro	Movimentação no resultado	Dezembro
	2017				2018		2019
Imposto de renda diferido	24.726	17.293	979	3.919	46.917	1.823	48.739
Contribuição social diferida	11.868	8.213	464	1.438	21.983	(122)	21.861
	36.594	25.506	1.443	5.357	68.900	1.701	70.600

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante	<u>5.664</u>	<u>6.331</u>
Pis Diferido	764	852
Cofins Diferido	3.517	3.928
Reserva Global de Reversão - RGR	1.199	1.344
Taxa de fiscalização ANEEL	184	207
Passivo não circulante	<u>62.023</u>	<u>63.029</u>
Pis Diferido	8.353	8.489
Cofins Diferido	38.477	39.104
Reserva Global de Reversão - RGR	13.167	13.377
Taxa de fiscalização ANEEL	2.026	2.059
	<u>67.687</u>	<u>69.360</u>

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

11. Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui um processo tributário proposto pelo Município de Jauru, visando a exigência de créditos tributários de ISS. Com base na opinião dos assessores jurídicos esse processo está classificado como possível de perda, com valor em risco aproximado de R\$ 1.217. Adicionalmente, possui o total em risco de R\$ 692 de outros processos com classificação possível de perda (R\$ 27 trabalhista, R\$ 134 cível e R\$ 531 tributário).

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 126.286 (R\$ 125.686 de capital social integralizado) composto por 109.793.590 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal (R\$ 109.194 de capital integralizado composto por 109.793.590 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2018).

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Em 13 de novembro de 2019, foi concluída a transferência para a Alupar Investimento S.A. ("Alupar") da totalidade das ações, correspondente a 49% do capital social total da Companhia, detidas pela Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobrás ("Eletrobrás"), em consonância com o edital do Leilão Eletrobras n.º 01/2018 ("Edital"), referente ao "Lote K", realizado em sessão pública na sede da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), no dia 27 de setembro de 2018.

Em 21 de novembro de 2019 a Alupar realizou a transferência de ações correspondente a 35% do capital social total da Companhia para a Apollo 15 Participações S.A., resultando na conclusão da operação de Compra e Venda de Ações da TME.

Em 10 de dezembro de 2019 a Companhia aumentou seu capital social, mediante conversão da reserva de incentivos fiscais em R\$ 16.492 (sem emissão de novas ações ordinárias nominativas), passando o mesmo de R\$ 109.794 para R\$ 126.286.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é a seguinte:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	65.876.154	60,00	50.505.051	46,00
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás	-	-	53.798.859	49,00
Apollo 15 Participações S.A.	38.427.556	35,00	-	-
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	5.489.880	5,00	5.489.680	5,00
Total das ações	109.793.590	100,00	109.793.590	100,00

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.2. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2019	31/12/2018
Lucro líquido do exercício	19.692	36.411
Constituição de reserva legal (5%)	(985)	(1.820)
Reserva de incentivos fiscais	(6.967)	(6.163)
Subtotal	11.740	28.428
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(2.935)	(7.107)
Reserva de lucros	(8.805)	(21.321)
Saldo de lucros acumulados	-	-

13. Partes relacionadas

13.1. Remuneração da alta Administração

A remuneração incluindo Diretoria e Conselho de administração em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi de R\$ 556 e R\$ 1.099, respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

13.2. Dividendos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui em aberto os valores de dividendos mínimos obrigatórios distribuídos referentes aos exercícios de 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013, totalizando R\$ 40.571 (R\$ 37.636 em 31 de dezembro de 2018).

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

14. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receita operacional bruta</u>	<u>44.483</u>	<u>71.442</u>
<u>Deduções da receita operacional</u>	<u>(5.957)</u>	<u>(9.205)</u>
Programa de Integração Social - PIS	(734)	(1.173)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(3.381)	(5.404)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.156)	(1.854)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(508)	(488)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(178)	(286)
Receita operacional líquida	<u>38.526</u>	<u>62.237</u>

15. Custo dos serviços prestados

	31/12/2019	31/12/2018
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(3.529)	(3.305)
Material	(384)	(640)
Serviços de terceiros	(900)	(914)
Provisão (reversão) para contingências		
Aluguéis	(322)	(362)
Seguros	(239)	(190)
Outros tributos e taxas	(26)	(53)
Depreciação e amortização	(67)	-
Outros	(117)	(28)
Total custos dos serviços prestados	<u>(5.584)</u>	<u>(5.492)</u>

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

16. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receitas financeiras</u>	2.598	1.363
Receita de aplicações financeiras	1.727	981
Descontos obtidos	861	229
Outros	10	153
<u>Despesas financeiras</u>	(10.887)	(11.219)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(9.850)	(10.346)
Encargos sobre arrendamentos	(27)	-
Variação monetária sobre empréstimos	(144)	(350)
Despesas bancárias	(543)	(348)
Atualização monetária	(109)	(110)
Outros	(214)	(65)
Total líquido	(8.289)	(9.856)

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	23.000	23.000	40.592	40.592
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	39.974	39.974	40.770	40.770
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(59.119)	(59.119)	(56.742)	(56.742)
Ativo Contratual CPC 47	20.861	20.861	-	-
(+) Outros	684	269	62	126
Base de cálculo	25.400	24.985	24.682	24.746
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(6.326)	(2.249)	(6.163)	(2.221)
Incentivo fiscal SUDAM	6.326	-	6.163	-
Incentivo fiscal SUDAM levantamento de Créditos	642	-	-	-
Total dos tributos correntes	642	(2.249)	-	(2.221)
Total dos tributos diferidos	(1.823)	122	(3.919)	(1.438)
Despesa total com tributos	(1.181)	(2.127)	(3.919)	(3.659)
Alíquota efetiva	14,38%		18,67%	

18. Instrumentos financeiros

18.1. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18.2. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Caixa, concessionárias e permissionárias e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil assim a divulgação destes permanecem inalteradas e são classificadas da seguinte forma: Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários como valor justo por meio do resultado, caixa e concessionárias e permissionárias como ativos financeiros pelo custo amortizado recuperado por meio da RAP e fornecedores como mensurados pelo custo amortizado.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar), são classificadas como custo amortizado e divulgadas pelo valor justo conforme abaixo:

BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

	31/12/2019		31/12/2018		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Caixa	2.204	2.204	2.413	2.413		Custo amortizado
Equivalentes de caixa	35.608	35.608	16.773	16.773	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	7.968	7.968	7.564	7.564	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	6.231	6.231	6.066	6.066	-	Custo amortizado
	52.011	52.011	32.816	32.816		
Passivo						
Fornecedores	154	154	118	118	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	98.270	98.270	110.770	110.770	-	Custo amortizado
	98.424	98.424	110.888	110.888		

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

18.3. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

18.4. Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, foi a TJLP, a taxa utilizada foi a última divulgada pelo Conselho Monetário Nacional; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2019	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento		
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
BND	TJLP	3,60%	41.738	5,57% 3.911	2,79% 2.707	4,18% 3.309	6,96% 4.513	8,36% 5.115

18.5. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

18.5.1. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

18.5.2. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

18.5.3. Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do TJLP.

18.5.4. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

18.5.5. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

18.5.6. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

19. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

TME - Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2019.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Veículos	100% Tabela Fipe	9	19/09/2020
Riscos Patrimoniais	144.665.244	177	04/07/2020
Responsabilidade Civil	5.000.000	9	04/07/2020
Responsabilidade Civil	50.000.000	3	28/08/2020
Total	<u>199.665.244</u>	<u>198</u>	

Patricia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2